



Prefeitura Municipal de Carvalho

LEI COMPLEMENTAR DE Nº1.426 DE 29 DE MAIO DE 2025.

Cria cargo de Livre Contratação e Exoneração de Coordenador e Controlador Interno na Estrutura de Cargos do Município de Carvalho, MG

O povo do Município de Carvalho, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais decretou, e eu, Valmir Siqueira da Silva, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte lei.

Art. 1º Por esta Lei Complementar, cria-se 01 (um) o cargo de Livre Contratação e Exoneração de Coordenador e Controlador do Controle Interno do Município de Carvalho, MG, com proventos básicos no valor de R\$2.889,00 (dois mil oitocentos e oitenta e nove reais), para jornada semanal de 40 (quarenta) horas semanais, para integrar o quadro de pessoal da Administração direta, conforme disposto no anexo I desta Lei;

Art. 2º O cargo será provido por ato de nomeação do Chefe do Poder Executivo Municipal;

Art. 3º. As despesas desta lei serão amparadas por dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Carvalho, 29 de maio de 2025.

Valmir Siqueira da Silva
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Carvalho

ANEXO I

Cargo: Coordenador e Controlador do Controle Interno do Município
Tipo: Livre Contratação e Exoneração
Requisitos para provimento
<ul style="list-style-type: none">• Ensino superior.
Salário: Base de R\$2.890,00 (dois mil oitocentos e noventa reais)
Carga Horária: 40 (quarenta) horas semanais.
Atribuições
<ul style="list-style-type: none">• Planejar, elaborar e executar as ações do Controle Interno do Município de Carvalho, MG e atividades inerentes;• Garantir o cumprimento da Lei e das normas de governança;• Fiscalizar atos administrativos e financeiros• Acompanhar o uso dos recursos públicos;• Identificar e Prevenir a ocorrência de Irregularidades e falhas, sugerindo soluções e melhorias;• Identificar falhas em processos de gestão;• Examinar e fiscalizar a execução das despesas;• Fiscalizar a gestão patrimonial do Município;• Fiscalizar a gestão e acompanhamento do departamento pessoal quanto a regularidade de suas ações, os atos, admissão de pessoal efetivo, concursos, verificar se as nomeações para cargo de provimento em comissão e designações para função gratificada são para tender os encargos de chefia, direção e assessoramento;• Apoiar o Prefeito no que for necessário à regularidade dos processos de controle;• Realizar auditorias internas;• Relatar ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais eventuais irregularidades;• Acompanhar processos licitatórios;• Implementar políticas de combate à corrupção;• Tornar públicas as informações produzidas pelo órgão;• Acompanhar e controlar as publicações no site oficial do Município, de forma a garantir a divulgação das informações de gestão e demais previstas em lei;• Garantir a publicação de relatório financeiros e de gestão;• Propor ações para otimizar a eficiência dos serviços municipais;• Fiscalizar todos os setores operacionais e administrativos do Município, garantindo assim a correta aplicação dos recursos e o cumprimento das normas de trabalho;• Atuar como ferramenta de apoio ao prefeito, no sentido de orientar para as boas práticas administrativas e pela regularidade de gestão.• Emitir relatório e parecer das contas anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal e das demais Unidades Gestoras, na forma, nos critérios e nos prazos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado;• Nas condições de que dispuser, efetuar acompanhamento e fiscalização do processo de lançamento, arrecadação, baixa e contabilização das receitas próprias, bem como quanto à inscrição e cobrança da Dívida Ativa, e, renúncia de receita• Acompanhar o cumprimento dos prazos de remessas de dados e informações ao Tribunal de Contas do Estado, através do Sistemas específicos, e ou outro que venha substituí-lo;• Fiscalizar e acompanhar as demandas apresentadas e recebidas através de qualquer meio de comunicação à ouvidoria Municipal;



Prefeitura Municipal de Carvalho

- Dado seu conhecimento, seja por denúncia e ou apuração de quaisquer indícios de ilícitos praticados no âmbito da Administração Pública Municipal recomendar ao Gestor responsável a abertura de processos e instrumentos administrativos afim de que se obtenha o dimensionamento dos fatos e a quantificação dos danos, quando constatados, para a responsabilização dos agentes e obtenção do ressarcimento de danos do erário eventualmente existente
- Quando por iniciativa da própria administração, nos casos em que solicitado, participar do processo de normatização, assessoramento e consultoria, manutenção, monitoramento e aperfeiçoamento dos elementos do controle administrativo dos órgãos e entidades públicas pertencentes ao Município;
- Por iniciativa própria ou por solicitação dos gestores, subsidiar a tomada de decisões governamentais e propiciar a melhoria contínua da qualidade do gasto público, a partir geração, comparação e análise de informações de receitas e despesas, objetivos e metas da administração municipal;
- Tomar providências imediatas quanto a solicitações do Prefeito Municipal, da Câmara de Vereadores, do Tribunal de Contas e do Ministério Público;
- Supervisionar e acompanhar tempestivamente a remessa de dados e informações ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
- Demais funções ainda que não relacionadas, as quais tenham relação com a atuação do CONTROLE INTERNO.
- Ter domínio sobre informática e alimentação de sistemas informatizados;